

# Teoria das Elites e Análise Tocquelliana

---

ANA CLEIDE CHIAROTTI CESÁRIO



O presente texto pretende efetuar a contraposição das teorias marxistas e a teoria das elites com o trabalho de Alexis de Tocqueville com o objetivo de estabelecer paralelos e mostrar antagonismos e coincidências existentes entre a teoria confrontada e o modelo do autor. O intento é fazer emergir novas questões, deixando-as em aberto, à espera de novas discussões.

Contrastar elementos da teoria das elites com o modelo tocquevilliano, significa operar com uma perspectiva crítica que se prende mais ao seu objeto de análise, pelo fato de que tal teoria pode ser vista como um modelo competitivo de democracia. Para Thomas Bottomore existem certos teóricos da elite que tentam se reconciliar com o conceito de democracia (Cf. Bottomore, 1965, p. 130-134). Se o intuito é questionar o princípio da representatividade no esquema liberal, a teoria das elites pode oferecer os elementos para isso.

Em sua obra, Tocqueville deixa transparecer que acredita na possibilidade de um governo “do povo, pelo povo, para o povo”: “Na América o princípio da soberania do povo não é estéril nem está escondido, como sucede em outras nações; é reconhecido pelos costumes e proclamado pelas leis; espalha-se livremente e chega sem impedimento às suas conseqüências mais remotas” (Tocqueville, 1969, p. 68).

Para os teóricos das elites a democracia só pode ser “representativa” e os representantes são uma minoria que detém maior poder do que os que representam. Essa divergência básica entre a perspectiva tocquevilliana e a dos teóricos das elites, aponta para o entendimento de que, na primeira, a democracia (pelo povo) é considerada como um processo contínuo que atingirá um estágio pleno, quando os direitos políticos forem estendidos progressivamente a grupos da população que anteriormente não os possuíam. E ele mesmo afirmou: “Já observei que, desde a origem, a soberania do povo era princípio

fundamental da maioria das colônias britânicas da América. Estava longe, contudo, de exercer tanta influência no governo e na sociedade como agora (...). Hoje em dia, o princípio da soberania do povo adquiriu nos EUA todo desenvolvimento prático que a imaginação pode conceber” (Tocqueville, 1969, p. 68-69).

Entretanto, para os teóricos da elite a democracia é concebida como algo acabado e completo, comparável a outros tipos de sistemas políticos. Tal visada implica numa concepção estática da democracia, na qual o domínio da elite é sancionado pelas eleições periódicas. Peter Mayer afirma que Tocqueville deixou *gaps* em sua análise quando não abordou o problema das elites nos Estados Unidos (Cf. Mayer, 1965, p. 46). Entretanto, o modelo de democracia de Tocqueville apresenta um substituto a contento para as elites — as associações voluntárias. Bottomore argumenta a favor da posição de Tocqueville que vê nas associações voluntárias um recurso democrático, diferindo da posição dos teóricos da elite, que vêem tais instituições como organizações empenhadas em lutas pelo poder político.

A defesa do florescimento de associações voluntárias como condição vital para uma democracia de fato (Mosca e Pareto) não serve de argumento a favor das teorias de elite; pois o que se afirma, quando se realça tanto a importância dum governo local vigoroso, de associações profissionais e outros organismos voluntários e autônomos, não é que essas organizações sejam elites empenhadas em grandes lutas pelo poder político, mas que fornecem outras tantas ocasiões e oportunidades para homens e mulheres comuns aprenderem o autogoverno. São meios através dos quais o governo pelo povo torna-se mais real e prático numa grande e complexa sociedade (Bottomore, 1965, p. 115).

Os teóricos das elites acreditam que, para haver desenvolvimento do sistema democrático, é necessário que haja competição entre pequenos grupos de elites, o que ocasiona uma marginalização da maioria em relação ao

processo político. É o fenômeno da distância elite-massas. Já para Tocqueville, o desenvolvimento da democracia depende da criação e estabelecimento de condições para que uma grande maioria, se não todos os cidadãos, possa tomar parte das decisões políticas. Há a redução da distinção entre elite-massas ao menor grau possível.

Essa preocupação do autor fica nítida quando este propõe antídotos que ofereceriam as condições para o governo da maioria, mas preservando as liberdades individuais: uma imprensa independente e associações livres; descentralização administrativa; formas, maneiras e tradições que moldariam uma barreira protetora ao redor das liberdades; uma profissão jurídica reta e um judiciário forte; grupos de cidadãos que guardem sempre os interesses e direito de seus semelhantes (Cf. Tocqueville, 1969). Segundo Thomas Bottomore, “Os teóricos das elites defendem o legado das sociedades não-igualitárias do passado, embora fazendo concessões ao espírito igualitário” (Bottomore, 1965, p. 134). Por sua vez, Tocqueville defende as sociedades igualitárias do presente mas apresenta um certo saudosismo das sociedades não-igualitárias do passado.

Passeio o meu olhar sobre essa multidão inumerável, composta de seres parecidos, onde nada se eleva nem se abaixa. O espetáculo dessa uniformidade universal me entristece e me gela, e sou tentado a ter saudades da sociedade que não mais existe. Quando o mundo era cheio de homens muito grandes e muito pequenos, muito ricos e muito pobres, muito sábios e muito ignorantes, eu afastava meus olhos dos segundos para não os prender senão nos primeiros, e isto me alegrava a vista; mas compreendo que este prazer nascia de minha fraqueza; porque não posso ver ao mesmo tempo tudo que me rodeia e que me permita, assim, escolher e colocar à parte entre tantos objetos aqueles que gostava de contemplar. [...]. A igualdade é menos elevada, talvez, porém é mais justa, e sua justiça faz sua beleza e grandeza (Tocqueville, 1969, p. 362).

O fato decisivo que distancia o modelo tocquevilliano da teoria das elites reside na sua preocupação fundamental com o problema da “maioria” e não com uma elite minoritária.



#### A PERSPECTIVA TOCQUEVILLIANA

A obra *Democracia na América* desenvolve-se em duas direções: a) quando o autor compõe o retrato de uma coletividade singular — os EUA; b) quando apresenta o problema histórico de uma sociedade de um certo tipo — “a democracia”. Ao mesmo tempo, observa-se três diferentes níveis: do circunstancial e particular; das leis e instituições; e dos hábitos e costumes (o de maior relevância). (Cf. Aron, 1967, p. 229-238). As duas orientações apontadas pelo autor não constituem esferas explicitamente separadas, aparecendo, pelo contrário, interconectadas e interdependentes. Entretanto, há momentos em que uma ou outra adquire maior relevância. O primeiro volume de *Democracia na América*, por exemplo, é muito mais voltado para as questões exclusivas dos EUA, os fatos particulares e singulares daquela sociedade.

No segundo volume da obra, o autor elabora uma reflexão mais ampla e pensa a democracia como um processo histórico, global, impregnando a análise de generalizações que se referem à “sociedade democrática”. É muito comum, nesse volume, encontrar expressões como: “os homens dos períodos democráticos...” (p. 297); “Nas nações democráticas, pelo contrário, todos os cidadãos são independentes e fracos...” (p. 230); “O despotismo, portanto, perigoso em todas as épocas deve ser particularmente temido em épocas democráticas” (Tocqueville, 1969, p. 225).

No livro primeiro, quando se ocupa do *circunstancial* e do *particular*, Tocqueville descreve as dimensões físicas da América do Norte, a situação dos anglo-americanos e a influência que tais fatores exerceram na configuração das características mais marcantes dos EUA — a democracia e a soberania absoluta do povo — e como dominam a sociedade americana, consolidando-se através da história. Constata que o fato gerador dessa situação é a “igualdade de condições”.

Dentre as coisas novas que me atraíram a atenção durante a permanência nos EUA, nada me surpreendeu com mais força do que a igualdade geral de condições entre o povo (...). Quanto mais avancei no estudo da sociedade americana, mais percebi que esta igualdade de condição é o fato fundamental de que todos os outros parecem ser derivados, e o ponto central onde todas as minhas observações constantemente terminavam (Tocqueville, 1969, p. 33).

Num segundo nível da reflexão, o autor analisa as leis e as instituições americanas. Pelo exame da *comuna*, do *condado* e do *Estado*, constata que o dogma da soberania do povo nasce na comuna e chega até o governo. Estudando as leis que regem o sistema federativo, vê o governo federal como “exceção” e o governo estadual como “regra comum”. Elaborava também um quadro do funcionamento dos três poderes, no qual se nota um *poder legislativo* forte, mas correndo o risco de completa sujeição às vontades do corpo eleitoral; um *poder judiciário* desfrutando grande poder político; e um *poder executivo* detentor de centralização governamental, embora sem centralização administrativa. Nesse momento da análise ganham relevo duas questões. Primeiramente, a descentralização que o autor observa quanto às leis e às instituições políticas.

Nas leis da Nova Inglaterra encontramos o germe e o desenvolvimento gradual da independência local (townships) que é a vida e mola real da liberdade americana dos nossos

dias. A existência política da maioria das nações da Europa começou nas categorias superiores da sociedade e foi gradual e imperfeitamente comunicada aos diferentes membros do corpo social. Na América, ao contrário, pode dizer-se que o município foi organizado antes da comarca, e a comarca antes do estado e o estado antes da União (Tocqueville, 1969, p.56).

Em país algum do mundo a lei tem linguagem tão absoluta como na América; e em país algum o direito de a aplicar está investido em tantas mãos. O poder administrativo nos EUA não apresenta nada centralizado ou hierárquico em sua constituição; isso explica o fato de passar despercebido. O poder existe, mas não se encontra em parte alguma (Tocqueville, 1969, p. 75).

Entretanto, Tocqueville mostra as tendências opostas que colocam em cheque essa constatação que, a princípio, tanto o impressionou. Principalmente no segundo volume, com a atenção de um observador perspicaz, demonstra que o sistema fabril, a própria uniformidade existente entre os indivíduos, as guerras, as relações internacionais, acabariam por centralizar as decisões políticas nos EUA.

Em seguida, o legislativo forte, influenciando o executivo, mas sujeito à opinião pública. Esse ponto é importante para o entendimento de como o autor leva às últimas conseqüências a explicação que dá ao perigo da tirania da maioria. Partindo da igualdade de condições, passa pela uniformidade intelectual, pelo apego exagerado ao bem-estar material e aponta o perigo da tirania da maioria que encontraria no “legislativo” a porta aberta para a entrada no governo e para a obtenção de legitimação institucional.

Ainda no segundo nível, Tocqueville aborda a importância da liberdade de associação e o uso que dela é feito como resistência à centralização política, e ao mesmo tempo, como forma de preservar a liberdade individual contra a tirania da maioria: “Em país algum do mundo se utilizou com tamanho sucesso o princípio de associação

e se aplicou o mesmo a maior número de objetivos, quanto na América” (Tocqueville, 1969, p. 112); “Hoje em dia, a liberdade de associação tornou-se uma garantia necessária contra a tirania da maioria” (Tocqueville, 1969, p. 184).

A análise contida no livro primeiro é pouco marcada no terceiro nível – dos hábitos e costumes – com exceção de certos momentos em que o problema da religião é abordado. O autor atinge esse nível, com muito mais vigor no segundo volume, quando trata do impacto da democracia no intelecto, nos sentimentos e nas maneiras dos americanos e também, na comparação que faz com a Europa. Considera os elementos desse nível os de maior relevância para explicação do fenômeno democrático: “As leis contribuem mais para a manutenção da república democrática nos EUA do que as circunstâncias físicas do país, e as maneiras mais do que as leis” (Tocqueville, 1969, p. 153).

A segunda parte da obra avalia o impacto da democracia sobre a estrutura da sociedade americana, com a retomada do problema central da análise — o poder da maioria. Os traços estruturais da sociedade democrática dos EUA são definidos pela extinção progressiva das distinções de classes e pela crescente uniformidade das condições de vida. O autor compõe o quadro de uma sociedade em que o apego exagerado ao bem-estar, somado à crescente igualdade de condições, ao individualismo exacerbado, à progressiva centralização administrativa, acaba por gerar uma situação de uniformidade que poderá engendrar um novo tipo de despotismo. A questão crucial que emerge dessa situação, seria a da possibilidade de desenvolvimento e sobrevivência da democracia e da liberdade.

Naturalmente, as questões principais e o problema crucial da obra só aparecem, se incorporam e tomam estatura no segundo volume que, sem dúvida, nitidamente supera em proposições aquelas contidas no primeiro. Para a elaboração do quadro descrito acima, Tocqueville efetua uma análise exaustiva da

sociedade americana, e desse intento resulta o aparecimento de problemas bastante interessantes que, ainda hoje, continuam sendo motivo de análise: os problemas da guerra e da revolução; a situação da família, da mulher e do negro; o papel da religião na sociedade americana.

Entretanto, existem algumas questões principais emergentes da análise de Tocqueville que, no conjunto, constituem a chave para o entendimento da intenção mais geral de *Democracia na América* e que necessitam serem destacadas das demais, merecendo tratamento à parte: a preponderância de uma teoria de estratificação sobre a teoria de classes; a questão do poder (centralização e burocratização); a religião e a democracia; um novo tipo de sociedade despótica e a “diminuição do homem” (Nisbet, 1966, p. 130).



#### TEORIA DE ESTRATIFICAÇÃO E TEORIA DE CLASSES

A observação do trabalho de Tocqueville revela os elementos embrionários de uma teoria de estratificação, com a nítida preponderância do *status* sobre a classe. Há a idéia da fragmentação do poder e da distribuição deste entre a maioria democrática e, ainda, a crença na igualdade de condições possibilitando a conquista do prestígio e de posições dentro de uma mobilidade em que todos os cidadãos são iguais em oportunidade: “Gradualmente as distinções de classe foram eliminadas; as barreiras que em tempos separavam a espécie humana estão caindo; a propriedade está

dividida, o poder é compartilhado por muitos, a luz da inteligência espalha-se e a capacidade de todas as classes é igualmente cultivada” (Tocqueville, 1969, p. 39).

Acentuando a importância do dinheiro, quando fala do excessivo apego ao bem-estar material por parte do povo americano, o autor mostra a ansiedade do homem daquela sociedade pela conquista de *status*. A situação descrita aponta, claramente, para a idéia de supressão das linhas divisórias das classes e, ainda, para a formulação de uma nova sociologia na qual a estrutura de classes é substituída por uma sociologia de estratificação. Como afirmou Roberto Nisbet: “Nem o próprio Marx superou Tocqueville no que diz respeito à influência decisiva do dinheiro sobre o status (classe) na sociedade democrática” (Nisbet, 1966, p.23). A idéia de uma sociedade atomizada e sem classes, como Tocqueville a descreveu, além de influenciar e ganhar adeptos entre vários intelectuais como Le Play, Tayne e Durkheim, de certa forma, ofereceu as bases para uma sociologia funcionalista (Cf. Nisbet, 1966, p. 36).



#### A QUESTÃO DO PODER

Em *Democracia na América* há a preocupação do autor em analisar o poder em relação ao seu gradual distanciamento da sociedade aristocrática e hierarquizada. Situando-se nesse momento de ruptura com a ordem tradicional, o autor aborda o efeito do poder democrático sobre as tradições, os valores e as estruturas sociais procedentes da sociedade medieval. Para

Tocqueville, a dissolução da aristocracia, fenômeno histórico que se iniciou ao término da Idade Média sob os efeitos da centralização política e o individualismo social, sé poderia resultar na ordem moderna, ou seja, a democrática.



É como se ele visse o poder como pertencente a uma questão de caráter amplo e genérico – o desenvolvimento da democracia como processo histórico – e procurasse medir seus efeitos sobre a ordem social. Tocqueville caracteriza o poder democrático pela esterilização da autoridade hierárquica e pelo nivelamento de *status* das categorias sociais. Ele constata que o processo de burocratização tem-se acelerado nas democracias, havendo transferência da administração pública, que passou das mãos de empregados honorários e voluntários às mãos de assalariados.

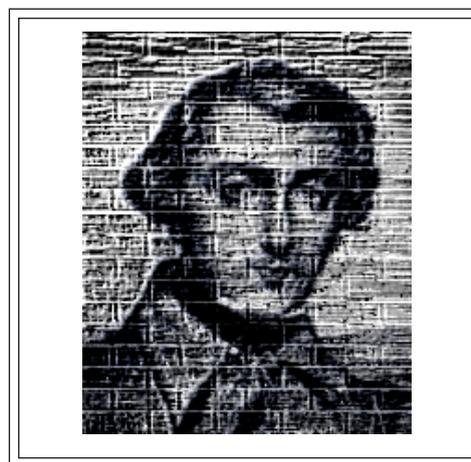
Quando uma república democrática requer que os funcionários trabalhem sem pagamento, podemos estar seguros de que o estado se encaminha para a monarquia. E quando uma monarquia começa a retribuir esses funcionários, é certo que se aproxima uma forma de governo despótico ou republicano. A substituição de funcionários não pagos por funcionários pagos é em si mesmo suficiente — na minha opinião — para constituir uma verdadeira revolução (Tocqueville, 1969, p. 203).

O autor insinua a possibilidade de medir o avanço da democracia em um país pela substituição da burocracia voluntária pela assalariada: “Nas nações democráticas o número de nomeações oficiais acaba por fim encontrando seu limite, mas nessas nações, o número de aspirantes é ilimitado e aumenta perpétua, gradual e irreversivelmente, na proporção em que as condições sociais se tornam mais iguais, só podendo ser detido pela limitação da população” (Tocqueville, 1969, p. 302). Sua visão de burocracia não difere muito da de Weber, apesar de não ter ido às últimas conseqüências na análise do problema. Em Max Weber, por exemplo, percebe-se uma sociedade pulverizada e convertida numa multidão de robôs, produto de uma racionalidade vazia de força criadora (Cf. Weber, 1969). No despotismo de Tocqueville vamos notar um racionalismo cartesiano produtor de um estado de uniformidade extremo, culminando na neutralização das distinções intelectuais. Esse despotismo, para o analista francês, não nasce de forças negativas da sociedade mas de forças e situações que os homens consideram dirigidas para o progresso.

A crescente centralização do poder observada por Tocqueville nas sociedades democráticas é explicada pela relação íntima e recíproca com a forma de propriedade que predomina nas sociedades modernas. Mostrando que a propriedade da terra já não é a característica mais importante e dinamizadora do sistema econômico, aponta a atividade fabril como pedra angular economia e o fator que origina um incessante aumento da esfera da administração governamental.

A agricultura é talvez, de todas as artes úteis, a que progride mais lentamente nas nações democráticas. Frequentemente, na realidade, parece estacionária, porque as outras artes fazem rápido progresso no sentido da perfeição. Por outro lado, quase todos os gostos e hábitos que a igualdade de condições produz levam naturalmente o homem a ocupações industriais e comerciais (Tocqueville, 1969, p. 246).

Tive também ocasião de mostrar como o amor crescente pelo bem-estar e o caráter flutuante da propriedade levam as nações democráticas a temer todas as perturbações violentas. O amor da tranqüilidade pública é frequentemente a única paixão que essas nações retêm e torna-se mais ativo e poderoso entre elas, na medida em que todas as outras paixões enfraquecem e morrem. Isso predispõe naturalmente os membros da sociedade a darem ou cederem constantemente direitos adicionais ao poder central, o único que parece interessado em defendê-los pelos mesmos meios que usa para defender a si próprio (Tocqueville, 1969, p. 238).



Quando Tocqueville aborda a questão do poder, percebe-se que sua análise deriva de Montesquieu. Um primeiro objetivo da Sociologia, segundo Montesquieu, é compreender o conjunto ou o todo de uma sociedade. A análise tocquevilliana remonta ao modo de vida da sociedade para compreender as instituições políticas. Ele desenvolve, a exemplo de Montesquieu, o tema da diferença entre a república e a monarquia. No *Espírito das Leis*, Montesquieu encontra o princípio da igualdade nas repúblicas antigas e a não igualdade das ordens e das condições nas monarquias modernas. Tocqueville adota perspectiva parecida quando compara a não igualdade das ordens e das condições na França (monarquia moderna) com o princípio da igualdade nos EUA (república democrática).



**A RELIGIÃO E A DEMOCRACIA**

Quando a análise se dá em nível dos hábitos e costumes – o mais enfatizado pelo autor – vamos perceber um grande peso atribuído à religião como fator explicativo da sociedade democrática americana. A religião é apontada como fonte última das concepções relativas à sociedade e que a perda dos princípios religiosos leva a sociedade à desorganização e ao despotismo. É fácil perceber que, para Tocqueville, a religião constitui força integradora.

Os homens não podem passar sem crença dogmática; e é muito desejável que tal crença exista entre eles. De todas as espécies de crença dogmática, a mais desejável parece-me ser a crença dogmática em questão de religião; e isso se conclui claramente, mesmo de considerações que podem não ir além dos próprios interesses deste mundo. Dificilmente haverá qualquer ação humana, por muito particular que seja, que não tenha origem nalguma idéia muito geral que os homens tenham concebido da Divindade, da sua relação com a espécie humana, da natureza das suas almas e dos seus deveres para com as outras criaturas suas semelhantes. Tampouco coisa alguma pode evitar que essas idéias se tornem a mola comum da qual todo o resto emana. Os homens estão, portanto, imensamente interessados em adquirir idéias seguras de Deus, da alma e de seus deveres gerais para com seu Criador e seus concidadãos; pois dúvidas quanto a esses primeiros princípios deixariam todas as suas ações entregues à sorte e condená-los-ia, de algum modo, à desordem e à impotência (Tocqueville, 1969, p. 174-175).

Como se observa numa primeira comparação que faz entre religião e democracia, o autor demonstra como a primeira influi positivamente para a criação e preservação da sociedade democrática. Já num segundo momento ele analisa como a democracia, à medida que se desenvolve, acaba por exercer pressões sobre os preceitos religiosos. Tocqueville acredita que a igualdade de condições leva os homens à incredulidade em relação ao sobrenatural e, conseqüentemente, dirige-os para a secularização.

No momento em que cada homem, erguendo os olhos acima do país, começa a entrever a imagem de toda a espécie humana, isso é como se a Divindade em sua plena e inteira majestade se manifestasse ao espírito humano. Se nos períodos democráticos, a fé na religião formal vê-se muitas vezes abalada, e a crença em agentes intermediários, seja qual for o nome que lhes dê, é abandonada, sucede, por outro lado, que tendem então os homens a alimentar idéia muito mais ampla da própria Providência, cuja interferência nos negócios humanos, assume, aos seus olhos, um aspecto novo e mais avassalador. Olhando para a espécie humana como um todo, facilmente concebem que seus destinos são regulados pelo mesmo desígnio; e nas ações de cada indivíduo são levados a reconhecer um vestígio daquele plano universal e eterno dentro do qual Deus governa a humanidade (Tocqueville, 1969, p. 210-211).

Nesta passagem, depois de apontar para um asceticismo nas sociedades democráticas, o autor indica que é esse mesmo asceticismo o responsável por uma crença sagrada no homem, que transforma a opinião pública numa nova religião. Quando Tocqueville atribui valor tão importante à religião como fenômeno explicativo da democracia, a princípio, pode parecer que tal atitude distancia-o do concreto, imprimindo à análise um tom relativamente distante dos aspectos estrutural e tangível da democracia. Entretanto, em *Democracia na América*, a religião não é apresentada como algo simplesmente metafísico e alheio à estrutura social, mas antes,

servindo-se dela, o autor elabora um tipo de explicação que se aproxima de uma espécie de “panteísmo democrático”.



**UM NOVO TIPO DE SOCIEDADE TOTALITÁRIA E A  
“DIMINUIÇÃO DO HOMEM”**

Tomando-se a obra no conjunto, nota-se que o atento observador da sociedade americana atinge o ápice de seu trabalho quando utiliza sua capacidade interpretativa para entender o aspecto sombrio do quadro que ele próprio elaborou. Constatamos que, por paradoxal e trágico que possa parecer, a democracia estava minando os fundamentos sociais e culturais da grandeza humana. Mostra que pela deterioração da diversidade e variedade da criação humana, pela fragmentação da hierarquia social e pela uniformidade da cultura — bases indispensáveis da grandeza humana — estava ocorrendo uma “diminuição do indivíduo”. No final da obra, o autor caracteriza a sociedade despótica que prevê “[...] com normas que conservam o homem em perpétua infância, poupando-lhe a pena de pensar e quaisquer cuidados com o ônus de viver”, na qual “todos os extremos se abrandam e se moderam substituídos por alguma coisa mediana” (Tocqueville, 1969, p. 362).

O novo tipo de despotismo encontrado nessa sociedade seria o da “maioria” que, pelo culto da opinião pública, acabaria por tornar impossível a verdadeira independência da mente humana. A própria igualdade — pedra angular da democracia — gerando uma devoção exagerada pelo prazer físico e pelo imediatismo, levaria o indivíduo a se isolar dentro do seu próprio ser. Portanto, a obra encontra o seu

epílogo ao mostrar que o trágico paradoxo da democracia reside no fato de que um sistema de governo consagrado ostensivamente ao indivíduo termina por diminuir sua estatura e restringir sua amplitude de pensamento e conduta.

## CONCLUSÕES

A escolha temática adotada possibilitou uma análise geral da obra e a proposição de várias questões hoje ainda muito vivas para a teoria política. Ao término da discussão torna-se oportuno acentuar uma vez mais as proposições gerais da análise tocquevilliana. A partir do estudo de uma sociedade singular (os EUA), o autor dá a configuração de uma nova ordem — a democrática. Trata a democracia como um processo histórico e a obra se situa no momento da transição — quando há a ruptura com a sociedade aristocrática e a autoridade hierárquica: “É evidente a todos igualmente, que está em curso, entre nós, uma revolução democrática; mas nem todos a vêem sob a mesma perspectiva. A alguns parece ser nova mas acidental e, como tal, esperam que possa ser detida; a outros parece irreversível porque é a tendência mais uniforme, mais antiga e mais permanente que se encontra na história” (Tocqueville, 1969, p. 33). E prossegue Tocqueville:

O desenvolvimento gradual do princípio da igualdade é, portanto um fato da Providência. Tem todas as características principais de tal fato; é universal, durável, escapa constantemente à interferência humana e todos os eventos bem como todos os homens contribuem para o seu progresso. Seria, então, sensato imaginar que um movimento social, cujas causas são tão remotas, poderia ser detido pelos esforços de uma geração? Pode acreditar-se que a democracia, que derrubou o sistema feudal e banuiu os reis, retrocederá diante dos negociantes e capitalistas? Parará agora, que se tornou tão forte, e seus adversários tão fracos? Para onde, então

estamos tendendo? Ninguém pode dizer, porque nos falham já os termos de comparação. As condições do homem são mais iguais, presentemente, nos países cristãos do que o foram em qualquer época passada, ou em qualquer parte do mundo; por isso, a grandeza do que já foi feito não nos deixa prever o que falta conseguir (Tocqueville, 1969, p. 36-37).



Se o primeiro volume traça o retrato de uma sociedade particular, no segundo — cuja edição está separada do primeiro pelo intervalo de cinco anos — o autor repensa o conceito de democracia à luz de certas mudanças que observa nas sociedades americana e

européias. É nesse momento — o da elaboração do livro segundo — que há o deslocamento do particular para o geral e o autor passa a uma “experiência mental”, avaliando em que medida essa nova configuração poderá levar as nações democráticas a um novo tipo de despotismo e ao aniquilamento do indivíduo, por meio da tirania da maioria. Portanto, olhando a democracia como um processo e uma tendência histórica, Tocqueville chega ao impasse final — “a possibilidade de desenvolvimento e sobrevivência da democracia e da liberdade”.

A primeira vista, a sociologia de Tocqueville pode parecer exageradamente otimista, mas quando se acompanha o autor na passagem que empreende do particular e concreto para a sua intenção mais geral e teórica, têm-se a oportunidade de constatar que ele elabora, antes de tudo, uma sociologia “realista”. Como afirmou Raymond Aron, “Tocqueville apresenta uma teoria semi-entusiasta, semi-resignada, mais resignada que entusiasta, do estado do bem-estar, ou ainda, do aburguesamento generalizado” (Aron, 1967, p. 229). Ao visualizar o aspecto sombrio do futuro das sociedades democráticas

(e do processo de desenvolvimento da democracia), o autor dá provas da imparcialidade e do rigor científico de sua análise, pois não perpetua sua previsão, antes, coloca a situação final como opção, permanecendo, dessa forma, fiel às constatações, sem incorrer na pretensão de oferecer soluções definitivas. Como dissera Tocqueville, “As nações de agora não podem evitar que as condições dos homens se tornem iguais, mas depende delas que a igualdade as conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou à miséria” (Tocqueville, 1969, p. 364).

T & M

Texto recebido em junho de 2004.

Aprovado para publicação em julho de 2004.

SOBRE A AUTORA:

**Ana Cleide Chiarotti Cesário** é Doutora em Ciência Política pela USP.

REFERÊNCIAS:

- ARON, R. *Les Étapes de la Pensée Sociologique*. Paris: Gallimard, 1967.  
 BOTTOMORE, T. B. *As Elites e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.  
 MAYER, J. P. *Alexis de Tocqueville*. Madrid: Editorial Tecnos, 1965.  
 NISBET, R. *La Formación del Pensamiento Sociológico*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1966 (2 Volumes).  
 TOCQUEVILLE, A. de. *Democracia na América*. São Paulo: Editora Nacional, 1969 (2 Volumes).  
 WEBER, M. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 REVISTA TEMAS & MATIZES  
[www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber)